

Cai 60% atendimento de conveniados nos hospitais

O cancelamento dos contratos entre médicos e empresas de assistência de saúde diminuiu em cerca de 60% o atendimento a pacientes conveniados nos hospitais, clínicas e laboratórios particulares. A constatação é do diretor financeiro da Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF (AMHPDF), Gláucio Marques. Segundo ele, a população está recorrendo à rede pública porque não pode pagar por uma consulta particular, que custa, em média, 40 URVs.

O diretor do Hospital de Base do Distrito Federal, Lairson Rabelo, confirma crescimento de atendimento do HBDF desde o início da greve dos médicos conveniados, em 4 de maio, e garante que os hospitais públicos estão capacitados para atender à demanda. "Como a rede pública atende normalmente a 80% da população, esse aumento em torno de 7% no setor não prejudica nosso trabalho", disse.

Na tarde de ontem, pelo menos três pacientes conveniados recorreram à emergência do Hospital de Base porque não tinham condições de pagar a consulta nos hospitais particulares. Solange Cavalcante, 42 anos, funcionária da CEB, levou o filho Lianderson Cavalcante à Ortopedia do HBDF (emergência) porque sabia que no Hospital Santa Lúcia não conseguiria ser atendida pelo convênio Faceb.

O mesmo caso aconteceu com Neidiege Barros Freire, que também procurou o Hospital de Base para tirar um Raios X da mão do filho, Leandro Freire, de 9 anos. "Chegamos às 16h00 e conseguimos ser atendidos em menos de

uma hora", disse. O aposentado do Ministério das Minas e Energia, Marco Magalhães, 59 anos, se encontra em uma situação mais delicada. Ele quebrou a bacia e o fêmur e necessita de cirurgia.

Recursos — No Hospital Santa Lúcia, Terezinha Fernandes, 54 anos, reclamava da falta de atendimento pelo plano de saúde Plan-Assiste. "Eu pedi uma consulta para a ortopedia e ginecologia, mas a recepcionista nem quis receber minha guia". A radialista Terezinha de Souza, 34 anos, não escondia o descontentamento: "Eu pago a Golden Cross e não posso ser atendida".

Conforme Gláucio Marques, os grupos mais resistentes às negociações são: Golden Cross, Amil, BSB Saúde, Blue Life (medicina de grupo), Ciefas (que congrega 27 convênios) e as seguradoras de saúde Itaú, Bradesco e Bamerindus. Eles só aceitam pagar 0,16 URV por coeficiente de honorários (CH), enquanto a classe médica reivindica o pagamento de 0,21 URV.

Repasse — O Superintendente regional do Ciefas, Mauro Gonçalves, reafirmou que o grupo não tem condições de atender à reivindicação médica porque o aumento seria repassado às mensalidades do trabalhador. Ele afirma que a mobilização em Brasília não representa um movimento nacional, já que os estados do Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Amazonas estão com o atendimento normal depois que a categoria fechou acordo com os planos para pagamento de 0,15 URV por CH.